



ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

DECRETO Nº 8, DE 3 DE JANEIRO DE 2024.

Regulamenta a apresentação de documentos e projetos para regularização onerosa de construções já edificadas em desconformidade à legislação urbanística, conforme disposto na Lei Complementar nº 782, de 12 de julho de 2017, alterada pela Lei Complementar nº 945, de 27 dezembro de 2023.

fl. 1

MARIO CELSO BOTION, Prefeito Municipal de Limeira, Estado de São Paulo,

NO EXERCÍCIO de suas funções, em atenção às disposições legais, em especial o inciso VIII, do art. 81, da Lei Orgânica do Município de Limeira,

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 782, de 12 de julho de 2017, alterada pela Lei Complementar nº 945, de 27 dezembro de 2023, que dispõe sobre as diretrizes e normas para a regularização onerosa das construções já edificadas em desconformidade à legislação urbanística no Município de Limeira e dá outras providências;

CONSIDERANDO que o inciso IV do artigo 2º, o inciso V do artigo 5º e o artigo 14, ambos da Lei Complementar nº 782, de 12 de julho de 2017, alterada pela Lei Complementar nº 945, de 27 dezembro de 2023 preveem sua regulamentação por ato do Poder Executivo;

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 442, de 12 de janeiro de 2009, e suas alterações, que dispõe sobre o Plano Diretor Territorial - Ambiental do Município e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Lei nº 1.096, de 22 de janeiro de 1969 e suas alterações, que dispõe sobre o Código de Obras e Urbanismo e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Lei nº 3.877, de 28 de dezembro de 2004, e suas alterações, em especial, as alterações promovidas pela Lei nº 6.919, de 30 de agosto de 2023;

CONSIDERANDO a necessidade de padronização de documentos e projetos de regularização onerosa de obras particulares, para aprovações junto à Prefeitura Municipal de Limeira, e

CONSIDERANDO tudo o que consta do Processo Administrativo nº 49.649/2023,

DECRETA:

Art. 1º Ficam instituídos os Anexos 01-A, 01-B, 02-A, 02-B, 03-A, 03-B, 03-C, 03-D, 03-E, 04-A, 04-B, 05-A, 05-B, 06 e 07 como documentos necessários para a aprovação dos projetos de regularização onerosa:



ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

DECRETO Nº 8, DE 3 DE JANEIRO DE 2024.

Regulamenta a apresentação de documentos e projetos para regularização onerosa de construções já edificadas em desconformidade à legislação urbanística, conforme disposto na Lei Complementar nº 782, de 12 de julho de 2017, alterada pela Lei Complementar nº 945, de 27 dezembro de 2023.

fl. 2

I - Modelo de “Requerimento”, conforme inciso I do art. 5º da Lei Complementar nº 782/2017, alterada pela Lei Complementar nº 945/2023:

a) **Anexo 01-A** - modelo de “Requerimento” para proprietário pessoa física;

b) **Anexo 01-B** - modelo de “Requerimento” para proprietário pessoa jurídica;

II - Modelo de “Procuração Específica”, conforme inciso III do art. 5º da Lei Complementar nº 782/2017, alterada pela Lei Complementar nº 945/2023:

a) **Anexo 02-A** - modelo de “Procuração Específica” para proprietário pessoa física;

b) **Anexo 02-B** - modelo de “Procuração Específica” para proprietário pessoa jurídica;

III - Modelos de Projeto, conforme inciso V do art. 5º, § 1º do art. 8-A e art. 13-A, ambos da Lei Complementar nº 782/2017, alterada pela Lei Complementar nº 945/2023:

a) **Anexo 03-A** - modelo de “Projeto Simplificado” para regularização onerosa de imóvel residencial unifamiliar, conforme inciso V do art. 5º da Lei Complementar nº 782/2017, alterada pela Lei Complementar nº 945/2023;

b) **Anexo 03-B** - modelo de “Projeto Simplificado” para regularização onerosa de imóvel comercial, serviços, industrial, institucional etc. conforme inciso V do art. 5º da Lei Complementar nº 782/2017, alterada pela Lei Complementar nº 945/2023;

c) **Anexo 03-C** - modelo de “Projeto de Adequações”, conforme § 1º art. 8-A da Lei Complementar nº 782/2017, alterada pela Lei Complementar nº 945/2023;

d) **Anexo 03-D** - modelo de “Projeto Simplificado de Regularização Onerosa e Regularização”, para imóvel residencial unifamiliar, conforme art. 13-A da Lei Complementar nº 782/2017, alterada pela Lei Complementar nº 945/2023;

e) **Anexo 03-E** - modelo de “Projeto Simplificado de Regularização Onerosa e Regularização”, para imóvel comercial, serviços, industrial, institucional etc. conforme art. 13-A da Lei Complementar nº 782/2017, alterada pela Lei Complementar nº 945/2023;



ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

DECRETO Nº 8, DE 3 DE JANEIRO DE 2024.

Regulamenta a apresentação de documentos e projetos para regularização onerosa de construções já edificadas em desconformidade à legislação urbanística, conforme disposto na Lei Complementar nº 782, de 12 de julho de 2017, alterada pela Lei Complementar nº 945, de 27 dezembro de 2023.

fl. 3

IV - Modelo de “Declaração de Existência ou Inexistência de Ação Judicial”, conforme inciso VI do art. 5º da Lei Complementar nº 782/2017, alterada pela Lei Complementar nº 945/2023:

a) Anexo 04-A - modelo de “Declaração de Existência ou Inexistência de Ação Judicial” para proprietário pessoa física;

b) Anexo 04-B - modelo de “Declaração de Existência ou Inexistência de Ação Judicial” para proprietário pessoa jurídica;

V – Modelo de “Declaração de Enquadramento” conforme inciso VII do art. 5º da Lei Complementar nº 782/2017, alterada pela Lei Complementar nº 945/2023:

a) Anexo 05-A - modelo de “Declaração de Enquadramento” para proprietário pessoa física;

b) Anexo 05-B - modelo de “Declaração de Enquadramento” para proprietário pessoa jurídica;

VI – **Anexo 06** - modelo de “Declaração de Atendimento às Normas Sanitárias” conforme § 1º do art. 2º da Lei Complementar nº 782/2017, alterada pela Lei Complementar nº 945/2023:

VII – **Anexo 07** – modelo de “Declaração de Autônomo” conforme § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 782/2017, alterada pela Lei Complementar nº 945/2023.

Art. 2º As diretrizes para a doação das mudas, incluindo a relação das espécies arbóreas, em atenção ao inciso IV do artigo 2º da Lei Complementar nº 782/2017, alterada pela Lei Complementar nº 945/2023, ficam instituídas pelo **Anexo 08**.

Art. 3º Para a solicitação de aprovação dos projetos de regularização onerosa, deverá ser apresentada a documentação mínima indicada no artigo 5º da Lei Complementar nº 782/2017, alterada pela Lei Complementar nº 945/2023, assim como os documentos elencados abaixo, da seguinte forma:

I - Uma via de Requerimento devidamente preenchido, nos moldes dos Anexos 01-A e/ou 01-B;

II - Uma cópia da Certidão da Matrícula do imóvel, com data de emissão de até 90 (noventa) dias. Caso a mesma não esteja registrada no nome do(s) atual(is) proprietário(s), deverá ser apresentada também uma cópia da Escritura Pública ou cópia do Contrato de Venda e Compra vigente;



ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

DECRETO Nº 8, DE 3 DE JANEIRO DE 2024.

Regulamenta a apresentação de documentos e projetos para regularização onerosa de construções já edificadas em desconformidade à legislação urbanística, conforme disposto na Lei Complementar nº 782, de 12 de julho de 2017, alterada pela Lei Complementar nº 945, de 27 dezembro de 2023.

fl. 4

III - Uma via de Procuração específica, nos moldes dos Anexos 02-A e/ou 02-B, em nome do proprietário/compromissário;

IV - Uma cópia do documento oficial com foto que contenha ao menos o Registro Geral (RG) e o Cadastro de Pessoa Física (CPF) do proprietário, bem como sua assinatura, quando for pessoa física, ou o Estatuto ou Contrato Social, caso o proprietário for pessoa jurídica, incluindo o documento oficial com foto do representante da pessoa jurídica;

V - Uma cópia do documento oficial com foto contendo a numeração do Registro Geral (RG) e do Cadastro de Pessoa Física (CPF) do procurador elencado na Procuração específica;

VI - Uma via de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, Registro de Responsabilidade Técnica - RRT ou Termo de Responsabilidade Técnica - TRT, emitida pelo responsável técnico com habilitação pelo respectivo conselho profissional - CREA/CAU/CRT, devidamente quitada, com a indicação das atividades técnicas pertinentes e assinadas pelo proprietário do imóvel e pelo profissional quando houver exigência do respectivo Conselho;

VII - Uma via de Projeto Simplificado, nos moldes dos Anexos 03-A, 03-B, 03-D ou 03-E, para análise. Para a aprovação final serão solicitadas quatro vias;

VIII - Uma via de Declaração de Existência ou Inexistência de Ação Judicial, nos moldes dos Anexos 04-A ou 04-B, devidamente preenchida e assinada pelo(s) proprietário(s)/compromissário(s);

IX - Uma via de Declaração de Enquadramento, nos moldes dos Anexos 05-A ou 05-B, devidamente preenchida e assinada pelo(s) proprietário(s)/compromissário(s) e pelo responsável técnico;

§ 1º A cópia da Certidão de Matrícula do imóvel, indicada no inciso II deste artigo deverá ser apresentada em uma via, tendo validade a cópia simples da versão emitida pelo Oficial de Registro de Imóveis de Limeira competente, assim como da versão eletrônica, emitida pelo Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis.

§ 2º As declarações emanadas pelo proprietário do imóvel deverão ser devidamente assinadas por este, sendo vedada a sua assinatura por procuração simples, assim como as declarações do responsável técnico.

§ 3º Não serão admitidos documentos de qualquer natureza que contenham rasuras ou que não estejam legíveis e devidamente assinados e/ou rubricados pelo proprietário e pelo responsável técnico.



ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

DECRETO Nº 8, DE 3 DE JANEIRO DE 2024.

Regulamenta a apresentação de documentos e projetos para regularização onerosa de construções já edificadas em desconformidade à legislação urbanística, conforme disposto na Lei Complementar nº 782, de 12 de julho de 2017, alterada pela Lei Complementar nº 945, de 27 de dezembro de 2023.

fl. 5

§ 4º Para todos os documentos nos quais são solicitados o reconhecimento de firma, poderá ser efetuado o reconhecimento por funcionário público através da apresentação de documento de identificação com foto e a respectiva assinatura e, em não havendo semelhança, será solicitada a assinatura presencial, facultado ao interessado, o reconhecimento em cartório.

§ 5º Em complementação aos documentos elencados nos incisos I a IX deste artigo, poderão ser exigidos pela Municipalidade, ainda, outras documentações complementares a fim de instruir devidamente os autos, de acordo com sua complexidade.

Art. 4º Havendo exigência de apresentação de Estudo de Incômodo ou Impacto de Vizinhança e o respectivo Relatório de Impacto de Vizinhança - EIV/RIV, conforme § 3º do artigo 2º e inciso IV do artigo 7º, ambos da Lei Complementar nº 782/2017, alterada pela Lei Complementar nº 945/2023, este deverá ser protocolado em processo próprio, atendendo aos dispostos na Lei Complementar nº 442/2009 e suas alterações, bem como no Decreto nº 301/2011, ou o que vier a sucedê-lo.

Art. 5º Para os efeitos de comprovação da titularidade, deverá ser observado:

I - Os dispostos nos artigos 1.196 e 1.199 do Código Civil Brasileiro - Lei Federal nº 10.406/02, e artigo 19 do Código Tributário Municipal - Lei Municipal nº 1.890/83, com respeito ao exercício do direito de posse;

II - Espólio: nos documentos e projetos deverá constar a expressão "Espólio" na frente do nome do proprietário e estes deverão ser assinados pelo(a) inventariante ou, na ausência de inventariante, por todos os herdeiros/sucedores;

III - Usufruto: nos documentos e projetos, assim como na procuração, deverá constar o nome e assinatura do(s) nu-proprietário(s) e do(s) usufrutuário(s);

IV - Menor de idade: Nos documentos e projetos deverá constar o nome do menor e assinatura dos pais ou do tutor designado pelo Juízo, devendo ser apresentada cópia do Registro Geral (RG) e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) de todos.

Art. 6º Em complementação aos dispostos neste Decreto, deverão ser observados também, os dispostos no Decreto nº 323/2023 que regulamenta o Art. 55-A da Lei nº 3.877/2004, acrescido pela Lei nº 6.919/2023, assim como, o Decreto nº 391/2018, ou o que vier a sucedê-lo, que regulamenta os documentos e procedimentos quanto às aprovações de projetos em geral, no Município de Limeira.



ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

DECRETO Nº 8, DE 3 DE JANEIRO DE 2024.

Regulamenta a apresentação de documentos e projetos para regularização onerosa de construções já edificadas em desconformidade à legislação urbanística, conforme disposto na Lei Complementar nº 782, de 12 de julho de 2017, alterada pela Lei Complementar nº 945, de 27 dezembro de 2023.

fl. 6

Art. 7º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto nº 392, de 12 de dezembro de 2018.

PAÇO MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos três dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro.

MARIO CESSO BOTION
Prefeito Municipal

PUBLICADO no Gabinete do Prefeito Municipal de Limeira, aos três dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro.

EDISON MORENO GIL
Chefe de Gabinete

ANEXO 01-A
REQUERIMENTO - PROPRIETÁRIO PESSOA FÍSICA

REQUERIMENTO

Eu, **Nome do(a) Proprietário(a)/Compromissário(a)**, portador(a) do Registro Geral (RG) nº _____, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº _____, venho respeitosamente solicitar a análise e a aprovação da **REGULARIZAÇÃO ONEROSA** do imóvel abaixo descrito, cuja documentação segue anexa, nos termos da Lei Complementar nº 782, de 12 de julho de 2017, alterada pela Lei Complementar nº 945, de 27 dezembro de 2023, bem como demais legislações pertinentes.

DECLARO, ainda, que estou de acordo que os dados pessoais informados nos documentos apresentados serão utilizados para a instrução do processo administrativo e para atualização do Cadastro Fiscal do Município de Limeira, conforme Lei Municipal nº 1.890/1983 e Lei Federal nº 13.709/2018.

Limeira, ____, de _____ de 20__.

Nome do(a) Proprietário(a)/Compromissário(a)

Dados Complementares

Do(a) Proprietário(a)/Compromissário(a):

Nome:

CPF nº:

Endereço completo:

Cidade/UF:

CEP:

Da Obra:

Inscrição Cadastral:

Matrícula/CRI:

Endereço completo:

Cidade: Limeira/SP

Telefone: _____

E-mail: _____

O reconhecimento de firma, poderá ser efetuado por funcionário público através da apresentação de documento de identificação com foto e a respectiva assinatura do proprietário e, em não havendo semelhança, será solicitada a assinatura presencial, facultado ao interessado, o reconhecimento em Cartório.

ANEXO 01-B
REQUERIMENTO - PROPRIETÁRIO PESSOA JURÍDICA

REQUERIMENTO

Eu, **Nome do(a) Representante da Pessoa Jurídica**, portador(a) do Registro Geral (RG) nº _____, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº _____, representante legalmente instituído da **Razão Social da Pessoa Jurídica**, CNPJ nº _____, com sede na Rua/Avenida _____, nº _____, Bairro _____, Cidade/UF, venho respeitosamente solicitar a análise e a aprovação da **REGULARIZAÇÃO ONEROSA** do imóvel abaixo descrito, cuja documentação segue anexa, nos termos da Lei Complementar nº 782, de 12 de julho de 2017, alterada pela Lei Complementar nº 945, de 27 dezembro de 2023, bem como demais legislações pertinentes.

DECLARO, ainda, que estou de acordo que os dados pessoais informados nos documentos apresentados serão utilizados para a instrução do processo administrativo e para atualização do Cadastro Fiscal do Município de Limeira, conforme Lei Municipal nº 1.890/1983 e Lei Federal nº 13.709/2018.

Limeira, ____, de _____ de 20__.

Preencher nome do(a) Representante da Pessoa Jurídica / Razão Social

Dados Complementares

Da Proprietária/Compromissária:

Razão Social:

Nome Fantasia (opcional):

CNPJ nº:

Endereço completo:

Cidade/UF:

CEP:

Da Obra:

Inscrição Cadastral:

Matrícula/CRI:

Endereço completo:

Cidade: Limeira/SP

Telefone: _____

E-mail: _____

O reconhecimento de firma, poderá ser efetuado por funcionário público através da apresentação de documento de identificação com foto e a respectiva assinatura do proprietário e, em não havendo semelhança, será solicitada a assinatura presencial, facultado ao interessado, o reconhecimento em Cartório.

ANEXO 02-A
PROCURAÇÃO ESPECÍFICA - PROPRIETÁRIO PESSOA FÍSICA

PROCURAÇÃO

Por este instrumento de procuração por mim subscrito, eu **Nome do(a) Proprietário(a)/Compromissário(a)**, portador(a) do Registro Geral (RG) nº _____, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº _____, estabelecido e domiciliado à Rua/Avenida _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, UF _____, CEP _____, nomeio e constituo como meu/minha procurador(a), **Nome do Procurador**, portador(a) do Registro Geral (RG) nº _____, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº _____, para representar-me perante a **Prefeitura Municipal de Limeira**, com amplos e gerais poderes, podendo assinar projetos em geral, memoriais, requerimentos, requerer habite-se, certidões, vistorias, parcelamento de dívidas e/ou demais documentos necessários para o total e fiel cumprimento do fim a que se destina esta procuração relacionada ao imóvel descrito abaixo.

Limeira, ____ de _____ de 20__.

Preencher nome do(a) Proprietário(a)/Compromissário(a)

Dados Complementares

Da Obra:

Inscrição Cadastral:

Matrícula/CRI:

Endereço:

Bairro:

Cidade: Limeira/SP

O reconhecimento de firma, poderá ser efetuado por funcionário público através da apresentação de documento de identificação com foto e a respectiva assinatura do proprietário e, em não havendo semelhança, será solicitada a assinatura presencial, facultado ao interessado, o reconhecimento em Cartório.

ANEXO 02-B
PROCURAÇÃO ESPECÍFICA - PROPRIETÁRIO PESSOA JURÍDICA

PROCURAÇÃO

Por este instrumento de procuração por mim subscrito, eu **Nome do(a) Representante da Pessoa Jurídica**, portador(a) do Registro Geral (RG) nº _____, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº _____, representante legalmente instituído da **Razão Social da Pessoa Jurídica**, CNPJ nº _____, com sede na Rua/Avenida _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, UF _____, CEP _____, nomeio e constituo como procurador(a), **Nome do Procurador**, portador(a) do Registro Geral (RG) nº _____, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº _____, para representá-la perante a **Prefeitura Municipal de Limeira**, com amplos e gerais poderes, podendo assinar projetos em geral, memoriais, requerimentos, requerer habite-se, certidões, vistorias, parcelamento de dívidas e/ou demais documentos necessários para o total e fiel cumprimento do fim a que se destina esta procuração relacionada ao imóvel descrito abaixo.

Limeira, ____ de _____ de 20__.

Preencher nome do(a) Representante da Pessoa Jurídica / Razão Social

Dados Complementares

Da Obra:

Inscrição Cadastral:

Matrícula/CRI:

Endereço:

Bairro:

Cidade: Limeira/SP

O reconhecimento de firma, poderá ser efetuado por funcionário público através da apresentação de documento de identificação com foto e a respectiva assinatura do proprietário e, em não havendo semelhança, será solicitada a assinatura presencial, facultado ao interessado, o reconhecimento em Cartório.

ANEXO 03-C

ATENÇÃO: textos em ROXO são meramente orientações e lembretes. NÃO PODEM CONSTAR EM PROJETO!

Indicar as medidas do terreno conforme matrícula atualizada

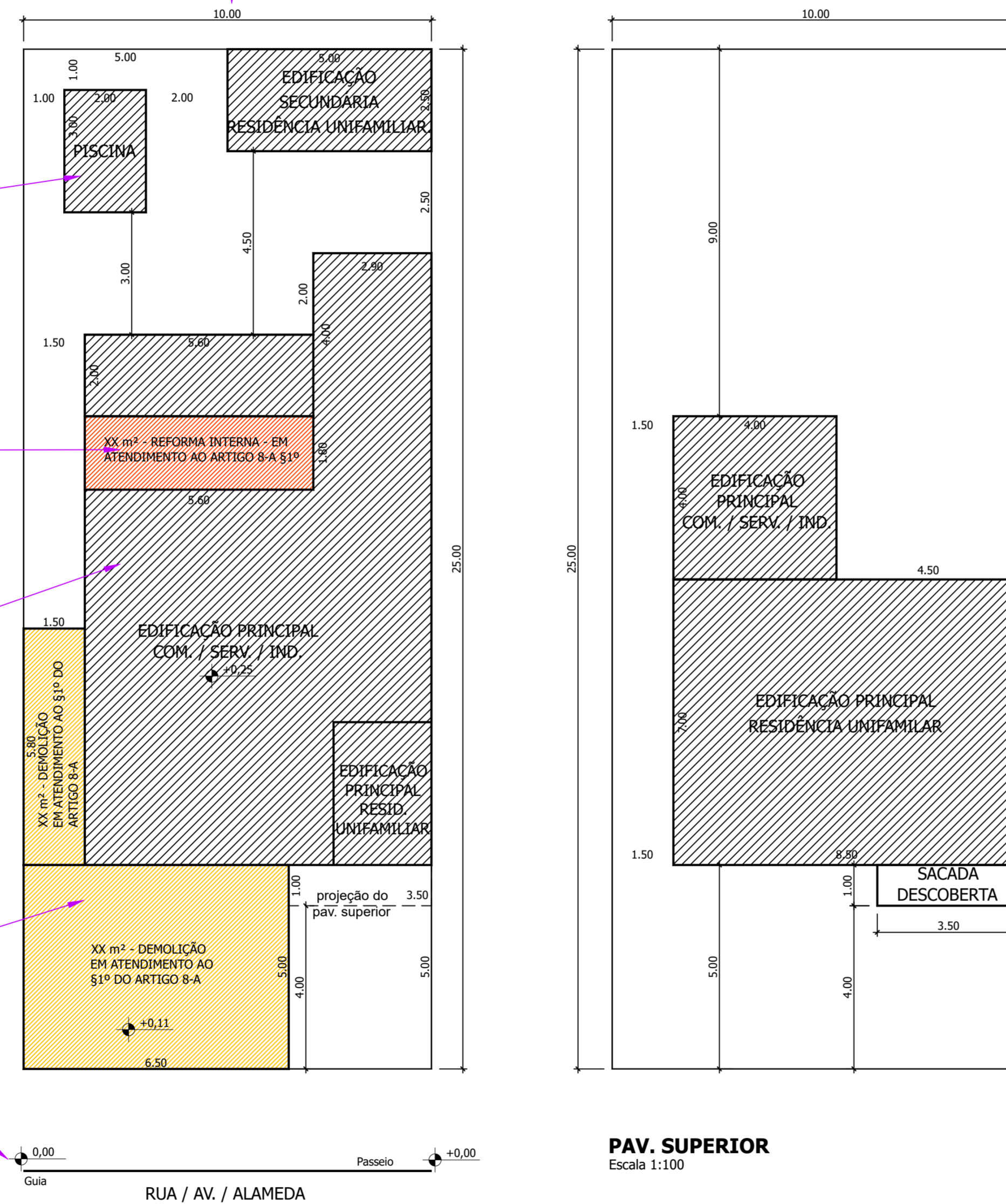
Denominar a piscina no projeto

Descrever detalhadamente a reforma interna a ser realizada, para posterior conferência através de nova vistoria

As partes das edificações que não tiverem adequações deverão ser indicadas somente com hachura preta, não devendo ser aplicadas as demais cores do projeto de Regularização Onerosa.

Indicar somente as demolições que serão executadas em virtude da adequação prevista no § 1º do Artigo 8-A

Ao indicar cotas de nível, sempre considerar o ponto mais baixo como nível inicial (cota 0,00), NA GUIA.



PAV. TÉRREO
Escala 1:100

PAV. SUPERIOR
Escala 1:100

LEGENDA DE CORES	
	DEMOLIÇÃO - EM ATENDIMENTO AO § 1º, ARTIGO 8-A
	REFORMA INTERNA - EM ATENDIMENTO AO § 1º, ARTIGO 8-A
	REMANESCENTE

Hachurar os ambientes que sofrerão adequação como reforma interna e/ou demolição, nos termos do § 1º do Artigo 8-A.

Não preencher

PROJETO DE ADEQUAÇÕES		FOLHA: 01/01
(CONFORME § 1º, ART. 8-A DA LEI COMPLEMENTAR Nº 782/2017 E ALTERAÇÕES)		
TIPO DE OBRA: RESIDENCIAL UNIFAMILIAR/ COMERCIAL / SERVIÇOS/ INSTITUCIONAL / INDUSTRIAL/ MISTO		PROCESSO Nº: / FOLHA Nº: RUBRICA:
ENDEREÇO: RUA / AV. / ALAMEDA XXXXXX X ESQUINA COM XXXX		INSCRIÇÃO CADASTRAL: 0000-000-000
NÚMERO: 000 QUADRA: 00 LOTE: 00	BAIRRO: JARDIM / PARQUE XXXXXXXX	MUNICÍPIO: LIMEIRA - SP
PROPRIETÁRIO / COMPROSSÁRIO: XXXXXXXXXXXXXXXXXX	CPF / CNPJ: 000.000.000-00	
ASSINATURA DO(S) PROPRIETÁRIO(S)		assinatura dos proprietários
AUTOR DO PROJETO	RESPONSÁVEL TÉCNICO	
assinatura do autor do projeto	assinatura do responsável técnico	
NOME COMPLETO DO PROFISSIONAL TÍTULO: ARQ. / ENG. CAU / CREA: 0000000000 RRT / ART: 0000000000	NOME COMPLETO DO PROFISSIONAL TÍTULO: ARQ. / ENG. CAU / CREA: 0000000000 RRT / ART: 0000000000	
DECLARAÇÕES: PROPRIETÁRIO, RESPONSÁVEL TÉCNICO E AUTOR DO PROJETO		
1 - DECLARAMOS que estamos cientes de que este projeto de adequação NÃO trata-se de aprovação definitiva da Regularização Onerosa do imóvel, sendo que, após a execução das obras indicadas neste projeto, no prazo estipulado pelo "ALVARÁ ESPECIAL PARA OBRAS DE ADEQUAÇÕES" disposto nos §§ 2º e 3º do artigo 8-A da Lei Complementar nº 782/2017, alterada pela Lei Complementar nº 945/2023, deveremos informar à Prefeitura, de sua conclusão, junto aos autos que tratam da Regularização Onerosa do imóvel, para continuidade das análises;		
2 - DECLARAMOS que estamos cientes de que haverá a necessidade de uma nova vistoria no imóvel para a continuidade das análises do processo de Regularização Onerosa;		
3 - DECLARAMOS , ainda, que estamos cientes da aplicação da multa anual, conforme disposto no inciso III do artigo 8-B da Lei Complementar nº 782/2017, alterada pela Lei Complementar nº 945/2023, até que as adequações previstas no artigo 8-A sejam apresentadas e aprovadas pela Municipalidade.		
<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA SECRETARIA DE URBANISMO</p> <p>Processo: /</p> <p>ADEQUAÇÃO AUTORIZADA</p> <p>Conforme § 1º do Artigo 8-A da Lei Complementar nº 782/2017, alterada pela Lei Complementar nº 945/2023 e demais legislações vigentes.</p> <p>Limeira, ____ de ____ de 20__</p> <p>ALVARÁ Nº ____/20__</p> <p>assinatura/carimbo</p>		

PROJETO DE ADEQUAÇÕES CONFORME § 1º DO ART 8-A - LC. 782/2017 ALTERADA PELA LC. 945/2023

ANEXO 04-A
DECLARAÇÃO DE EXISTÊNCIA OU INEXISTÊNCIA DE AÇÃO JUDICIAL
PARA PROPRIETÁRIO PESSOA FÍSICA

**DECLARAÇÃO DE EXISTÊNCIA OU INEXISTÊNCIA DE AÇÃO JUDICIAL
QUE VERSE SOBRE O IMÓVEL OBJETO DA REGULARIZAÇÃO ONEROSA**

Nome do(a) Proprietário(a)/Compromissário(a), portador(a) do Registro Geral (RG) nº _____, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº _____, estabelecido e domiciliado à Rua/Avenida _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, UF _____, CEP _____, proprietário(a) do imóvel localizado à Rua/Avenida _____, nº _____, Bairro _____, inscrito no Cadastro Municipal sob o nº _____.____.____, para fins de atendimento ao disposto no inciso VI do art. 5º da Lei Complementar nº 782, de 12 de julho de 2017, alterada pela Lei Complementar nº 945, de 27 dezembro de 2023, **DECLARO** que **(Preencher se EXISTE ou INEXISTE)** ação judicial que verse sobre o imóvel acima indicado objeto do requerimento de regularização onerosa.

DECLARO que as informações acima estão corretas e são verídicas, me responsabilizando por elas civil e criminalmente, conforme legislação vigente.

Limeira, ____, de _____ de 20__.

Nome do(a) Proprietário(a)/Compromissário(a)

O reconhecimento de firma, poderá ser efetuado por funcionário público através da apresentação de documento de identificação com foto e a respectiva assinatura do proprietário e, em não havendo semelhança, será solicitada a assinatura presencial. facultado ao interessado. o reconhecimento em Cartório.

ANEXO 04-B
DECLARAÇÃO DE EXISTÊNCIA OU INEXISTÊNCIA DE AÇÃO JUDICIAL
PARA PROPRIETÁRIO PESSOA JURÍDICA

**DECLARAÇÃO DE EXISTÊNCIA OU INEXISTÊNCIA DE AÇÃO JUDICIAL
QUE VERSE SOBRE O IMÓVEL OBJETO DA REGULARIZAÇÃO ONEROSA**

Nome do(a) Representante da Pessoa Jurídica, portador(a) do Registro Geral (RG) nº _____, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº _____, representante legalmente instituído da **Razão Social da Pessoa Jurídica**, CNPJ nº _____, com sede na Rua/Avenida _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, UF _____, CEP _____, proprietária do imóvel localizado à Rua/Avenida _____, nº _____, Bairro _____, inscrito no Cadastro Municipal sob o nº _____.____.____, para fins de atendimento ao disposto no inciso VI do art. 5º da Lei Complementar nº 782, de 12 de julho de 2017, alterada pela Lei Complementar nº 945, de 27 dezembro de 2023, **DECLARO** que **(Preencher se EXISTE ou INEXISTE)** ação judicial que verse sobre o imóvel acima indicado objeto do requerimento de regularização onerosa.

DECLARO que as informações acima estão corretas e são verídicas, me responsabilizando por elas civil e criminalmente, conforme legislação vigente.

Limeira, ____, de _____ de 20__.

Nome do(a) Representante da Pessoa Jurídica / Razão Social

O reconhecimento de firma, poderá ser efetuado por funcionário público através da apresentação de documento de identificação com foto e a respectiva assinatura do proprietário e, em não havendo semelhança, será solicitada a assinatura presencial. facultado ao interessado. o reconhecimento em Cartório.

ANEXO 05-A
DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO - PESSOA FÍSICA

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO

Nome do(a) Proprietário(a)/Compromissário(a), portador(a) do Registro Geral (RG) nº _____, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº _____ e **Nome do(a) responsável técnico(a)**, portador(a) do Registro Geral (RG) nº _____, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº _____, para fins de atendimento ao disposto no art. 3º, da Lei Complementar nº 782, de 12 de julho de 2017, alterada pela Lei Complementar nº 945, de 27 de dezembro de 2023, vimos por meio desta, DECLARAR que:

Eu, **Nome do(a) responsável técnico(a)**, na qualidade de responsável técnico pela edificação, DECLARO que a mesma atende todas as normas vigentes relativas à legislação sanitária, aos direitos de vizinhança previstos no Código Civil e às normas de acessibilidade aos portadores de deficiência e de mobilidade reduzida, no que diz respeito a NBR 9050 e o Decreto Federal nº 5.296/04.

DECLARO, ainda, que a edificação está em condições plenas de segurança e não apresenta riscos, materiais ou físicos de qualquer natureza, ao proprietário e a terceiros que venham a se utilizar do imóvel que ora se pretende regularizar.

Eu, **Nome do(a) Proprietário(a)/Compromissário(a)**, na qualidade de proprietário(a) do imóvel localizado à Rua/Avenida _____, nº ____, Bairro _____, inscrito no Cadastro Municipal sob o nº _____.____.____, estou ciente das condições de habitabilidade, salubridade, devassamento e acessibilidade e assumo juntamente com o(a) responsável técnico(a), toda e qualquer responsabilidade decorrente de eventual descumprimento das normas acima descritas de que tomei conhecimento.

DECLARAMOS também, que para todos os efeitos legais, o imóvel acima descrito não se enquadra em nenhuma das situações do art. 3º da Lei Complementar nº 782, de 12 de julho de 2017, alterada pela Lei Complementar nº 945, de 27 de dezembro de 2023 e que estamos cientes de que depois de iniciado o processo de regularização previsto na referida legislação municipal, o mesmo não poderá ser arquivado sem que sejam tomadas as medidas necessárias quanto a tributos e cadastramento da área.

Limeira, ____, de _____ de 20__.

Nome do(a) Proprietário(a)/Compromissário(a)

Nome do(a) responsável técnico(a)

O reconhecimento de firma, poderá ser efetuado por funcionário público através da apresentação de documento de identificação com foto e a respectiva assinatura do proprietário e, em não havendo semelhança, será solicitada a assinatura presencial, facultado ao interessado, o reconhecimento em Cartório.

ANEXO 05-B
DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO - PESSOA JURÍDICA

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO

Nome do(a) Representante da Pessoa Jurídica, portador(a) do Registro Geral (RG) nº _____, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº _____, representante legalmente instituído da **Razão Social da Pessoa Jurídica**, CNPJ nº _____, com sede na Rua/Avenida _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, UF _____, CEP _____, e **Nome do(a) responsável técnico(a)**, portador(a) do Registro Geral (RG) nº _____, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº _____, para fins de atendimento ao disposto no art. 3º, da Lei Complementar nº 782, de 12 de julho de 2017, alterada pela Lei Complementar nº 945, de 27 de dezembro de 2023, vimos por meio desta, DECLARAR que:

Eu, **Nome do(a) responsável técnico(a)**, na qualidade de responsável técnico pela edificação, DECLARO que a mesma atende todas as normas vigentes relativas à legislação sanitária, aos direitos de vizinhança previstos no Código Civil e às normas de acessibilidade aos portadores de deficiência e de mobilidade reduzida, no que diz respeito a NBR 9050 e o Decreto Federal nº 5.296/04.

DECLARO, ainda, que a edificação está em condições plenas de segurança e não apresenta riscos, materiais ou físicos de qualquer natureza, ao proprietário e a terceiros que venham a se utilizar do imóvel que ora se pretende regularizar.

Eu, **Nome do(a) Representante da Pessoa Jurídica**, representante legalmente instituído da **Razão Social da Pessoa Jurídica**, na qualidade de proprietária do imóvel localizado à Rua/Avenida _____, nº _____, Bairro _____, inscrito no Cadastro Municipal sob o nº _____, estou ciente das condições de habitabilidade, salubridade, devassamento e acessibilidade e assumo juntamente com o responsável técnico, toda e qualquer responsabilidade decorrente de eventual descumprimento das normas acima descritas de que tomei conhecimento.

DECLARAMOS também, que para todos os efeitos legais, o imóvel acima descrito não se enquadra em nenhuma das situações do art. 3º da Lei Complementar nº 782, de 12 de julho de 2017, alterada pela Lei Complementar nº 945, de 27 de dezembro de 2023 e que estamos cientes de que depois de iniciado o processo de regularização previsto na referida legislação municipal, o mesmo não poderá ser arquivado sem que sejam tomadas as medidas necessárias quanto a tributos e cadastramento da área.

Limeira, ____, de _____ de 20__.

Nome do(a) Representante da Pessoa Jurídica / Razão Social da Pessoa Jurídica

Nome do(a) responsável técnico(a)

O reconhecimento de firma, poderá ser efetuado por funcionário público através da apresentação de documento de identificação com foto e a respectiva assinatura do proprietário e, em não havendo semelhança, será solicitada a assinatura presencial, facultado ao interessado, o reconhecimento em Cartório.

ANEXO 06

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS NORMAS SANITÁRIAS

Nome do(a) responsável técnico(a), profissão: Engenheiro(a)/Arquiteto(a)/ Técnico(a), inscrito(a) no CREA/CAU/CRT sob nº _____, portador(a) do Registro Geral (RG) nº _____, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº _____, estabelecido(a) e domiciliado(a) à Rua/Avenida _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, UF _____, CEP _____, Responsável Técnico(a) pela **REGULARIZAÇÃO ONEROSA** do imóvel sito à Rua/Avenida _____, nº _____, Bairro _____, inscrito no Cadastro Municipal sob o nº _____, para fins de atendimento ao disposto no Capítulo II, artigos 39 a 48, do Código Sanitário Estadual - Decreto Estadual nº 12.342, de 27 de setembro de 1978, quanto a insolação, ventilação e iluminação, **DECLARO** que:

TODOS OS AMBIENTES QUE NÃO POSSUEM INSOLAÇÃO, VENTILAÇÃO E ILUMINAÇÃO NATURAIS SUFICIENTES, SÃO COMPLETADOS ARTIFICIALMENTE ATENDENDO AO ARTIGO 48 DO DECRETO ESTADUAL Nº 12.342, DE 27 DE SETEMBRO DE 1978.

DECLARO que as informações acima estão corretas e são verídicas, me responsabilizando por elas civil e criminalmente, conforme legislação vigente.

Limeira, ____, de _____ de 20__.

Nome do(a) responsável técnico(a)

CREA/CAU/CRT nº:

ART/RRT/TRT nº:

ANEXO 07

DECLARAÇÃO DE AUTÔNOMO

Eu, **Nome do(a) Proprietário(a)/Compromissário(a)**, portador(a) do Registro Geral (RG) nº _____, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº _____, residente e domiciliado à Rua/Avenida _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, UF _____, CEP _____, telefone (____) _____, **DECLARO** ser autônomo e exercer a atividade de **(Preencher profissão desempenhada)**, recebendo um salário mensal de **R\$ _____, _____** **(preencher valor por extenso)**.

DECLARO que as informações acima estão corretas e são verídicas, me responsabilizando por elas civil e criminalmente, conforme legislação vigente.

Limeira, ____, de _____ de 20__.

Nome do(a) Proprietário(a)/Compromissário(a)

O reconhecimento de firma, poderá ser efetuado por funcionário público através da apresentação de documento de identificação com foto e a respectiva assinatura do proprietário e, em não havendo semelhança, será solicitada a assinatura presencial, facultado ao interessado, o reconhecimento em Cartório.

ANEXO 08

DIRETRIZES PARA A DOAÇÃO DAS MUDAS

1) A doação de mudas de árvores, correspondentes a uma muda por percentual irregularmente impermeabilizado, estabelecido na tabela do *caput* artigo 55 da Lei nº 3877/2004 e alterações, deverá obrigatoriamente se dar em espécies distintas, de acordo com a relação das espécies indicadas na tabela abaixo, sendo que do total de mudas a ser doado, não poderá ultrapassar a quantidade de 10% (dez por cento) de cada espécie.

2) As mudas a serem doadas deverão ser entregues no Viveiro Municipal, situado no Horto Florestal - Via Jurandyr da Paixão de Campos Freire, km 3, com a apresentação da Nota Fiscal de compra das mudas, que receberá a anotação/carimbo de entrega.

3) A Nota Fiscal com a devida anotação, conforme item nº 2 acima, deverá ser apresentada junto aos autos que trata da Regularização Onerosa do imóvel em questão, para comprovação do cumprimento ao estabelecido no inciso IV do artigo 2º da Lei Complementar nº 782/2017, alterada pela Lei Complementar nº 945/2023.

4) As mudas deverão obrigatoriamente respeitar o dimensionamento mínimo do DAP na altura de 1,80 metros, estabelecido pela Lei nº 5.999/2018 e suas alterações.

RELAÇÃO DAS ESPÉCIES ARBÓREAS

Nome Popular	Nome Científico	Porte (metros)
Aguai-vermelho	<i>Chrysophyllum marginatum</i>	05 a 10
Aleluia	<i>Senna macranthera</i>	06 a 08
Babosa-branca	<i>Cordia superba</i>	07 a 10
Jacarandá Boca-de-sapo	<i>Jacaranda brasiliana</i>	04 a 10
Cambroé	<i>Casearia decandra</i>	04 a 10
Cambuci	<i>Campomanesia phaea</i>	03 a 05
Canela-pimenta	<i>Dictyoloma vandellianum</i>	04 a 10
Cassia-do-nordeste	<i>Senna spectabilis</i>	06 a 09
Cerejeira-do-rio-grande	<i>Eugenia involucrata</i>	05 a 08
Chal-chal	<i>Allophylus edulis</i>	05 a 10
Goiaba-serrana	<i>Acca sellowiana</i>	03 a 04
Guaçatonga	<i>Casearia sylvestris</i>	04 a 06
Guamirim	<i>Eugenia florida</i>	05 a 09
Ipê-amarelo-cascudo	<i>Handroanthus chrysotrichus</i>	04 a 10
Ipê-branco-do-brejo	<i>Tabebuia insignis</i>	04 a 07
Jacarandá-de-minas	<i>Jacaranda cuspidifolia</i>	05 a 10
Manacá-da-serra	<i>Tibouchina mutabilis</i>	07 a 10
Pitanga	<i>Eugenia uniflora</i>	06 a 10
Quaresmeira	<i>Tibouchina granulosa</i>	08 a 10
Quaresmeira-da-serra	<i>Tibouchina candolleana</i>	04 a 06
Sete-capotes	<i>Campomanesia quazumifolia</i>	06 a 10
Sombreiro	<i>Clitoria fairchildiana</i>	06 a 10

Nome Popular	Nome Científico	Porte (metros)
Tarumã-do-cerrado	<i>Vitex polygama</i>	06 a 10
Cinzeiro	<i>Qualea multiflora</i>	04 a 06
Casca-branca	<i>Rudgea viburnoides</i>	04 a 05
Veludo-branco	<i>Guettarda viburnoides</i>	04 a 07
Murta-do-mato	<i>Coutarea hexandra</i>	04 a 05
Falsa quina	<i>Coussarea hydrangeifolia</i>	04 a 05
Folha-de-serra	<i>Ouratea spectabilis</i>	04 a 05
João-mole	<i>Guapira graciliflora</i>	04 a 05
Angico-de-minas	<i>Enterolobium gummiferum</i>	04 a 06
Araçarana	<i>Calyptanthes clusiifolia</i>	06 a 08
Arapoca	<i>Neoraputia alba</i>	04 a 10
Araticum-cortiça	<i>Annona crassiflora</i>	04 a 08
Assobieira	<i>Schinus polygamus</i>	04 a 05
Barbatimão	<i>Stryphnodendron polyphyllum</i>	04 a 06
Benguê	<i>Ternstroemia brasiliensis</i>	04 a 07
Canela amarela	<i>Nectandra nitidula</i>	04 a 08
Sassafrás-do-campo	<i>Ocotea elegans</i>	04 a 08
Canela vassoura	<i>Cinnamomum stenophyllum</i>	05 a 08
Canela frade	<i>Endlicheria paniculata</i>	05 a 10
Tamanqueiro-do-cerrado	<i>Aegiphila klotzchiana</i>	04 a 06
Faia	<i>Emmotum nitens</i>	06 a 10